

A República

FERNANDO PEDREIRA

No dia 14 de junho de 1891, ele (Rawlson) navegava nas águas do Canal da Mancha, sozinho a bordo do seu pequeno veleiro Perseus, quando um colapso cardíaco o matou. Dois dias mais tarde, o Perseus foi avistado pela tripulação de um barco pesqueiro, ao largo de Cherbourg. A pequena embarcação avançava firme e serena em sua rota para o Oeste, com as velas infladas pelo vento. O homem morto, seus membros já enrijecidos pelo rigor mortis, mantinha firmemente segura a barra do leme (...)

Os fatos têm, às vezes, uma força alegórica maior do que as histórias de ficção ou as imagens dos poetas. Mesmo para os hábeis marinheiros ingleses não há de ter sido fácil, com os meios de que se dispunha há cem anos, abordar o pequeno Perseus antes que ele se perdesse na imensidão do Atlântico, receber os despojos do seu comandante, arriar-lhe as velas e rebocá-lo para porto seguro.

Aquele ano de 1891 seria também, por coincidência, o ano em que o Brasil fazia a sua primeira Constituição republicana e estabelecia para si próprio rumos que, bem ou mal, continuam a ser seguidos até hoje. Abolto-se o parlamentarismo do Império e o País passava a adotar o regime presidencialista, copiado dos Estados Unidos.

A República havia vindo, dois anos antes, em nome da liberdade e do governo do povo. De então para cá, entretanto, sob o seu presidencialismo, tivemos o contrário disso e fomos invariavelmente governados por autocratas. Primeiro, os presidentes oligarcas da República Velha, eleitos a bico de pena. Depois, o longo período de domínio do caudilhismo populista, sob Vargas e seus sucessores. E, por fim, 20 anos de presidentes militares apontados a dedo pelos generais do Alto Comando do Exército.

A fase inicial, depois da ditadura de Floriano, terá sido talvez a menos má, a menos (digamos assim) inocente. Observou Gilberto Amado que as eleições na República Velha eram fraudadas, mas a representação era verdadeira — uma outra maneira elegante de dizer que os donos do poder, naquele tempo, eram os próprios donos do Brasil, os membros das oligarquias dominantes no vasto, atrasado e retrógrado país sul-americano que éramos então.

É verdade que, ao menos nos seus primeiros 15 ou 20 anos, a República chegou a ser conduzida por uma série de notáveis homens públicos, alguns vindos ainda dos tempos do velho regime parlamentar, como Nabuco, Ruy, Campos Sales, Prudente de Moraes, Rodrigues Alves, Peretia Passos... Mas, o fato, o curioso fato, é que entre 1891 e 1988, ao longo de quase um século inteiro, não tenhamos tido senão um único presidente que se pode dizer "normal", em termos democráticos, e que foi (com todos os seus defeitos) Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1961.

O instituto da presidência assumiu entre nós, desde muito cedo, um caráter autocrático e ditatorial. O modelo norte-americano, além de mal copiado, adaptou-se viciosamente à realidade brasileira, servindo para agravar alguns dos nossos piores vícios políticos, em vez de contê-los — como pôde fazer, a seu modo, o sistema político do Império.

Instaurou-se, na verdade, mesmo nos raros períodos de normalidade constitucional, uma virtual ditadura do Executivo, o tripé de poderes que devia sustentar a legalidade republicana se mostrou invariavelmente capenga, com duas pernas mais curtas, ou melhor: duas pernas, o Legislativo e o Judiciário, sempre de joelho dobrado, em todas as questões decisivas, diante do Executivo e do seu braço militar.

Nos Estados Unidos, essa espécie de ditadura do presidente não chega a ocorrer. Embora os poderes "imperiais" da Casa Branca possam levar o país a desastres, como ocorreu durante a escalada no Vietnã, sob Lyndon Johnson, a reação vigorosa do Judiciário e do Le-

gislativo restaura o equilíbrio do sistema, ainda que com atraso e às vezes a um custo elevado.

Onde as dificuldades norte-americanas parecem maiores (e crescentes) é na escolha de bons presidentes dignos da confiança e do respeito do país. Desde o assassinio de John Kennedy, em 1963; todos os presidentes norte-americanos, mesmo aqueles que chegaram a despertar as maiores esperanças, saíram do governo gastos e desmoralizados. Johnson e Carter não puderam reeleger-se; Nixon foi forçado a demitir-se; Reagan agora conclui melancolicamente o seu reinado.

Mas o que pode ser, talvez, ainda mais significativo é que, na campanha deste ano, não haja nenhum candidato que pareça realmente à altura do cargo que pletteia. Os nomes mais respeitados e prestigiosos do atual quadro político do País, como o governador Mário Cuomo ou o senador Sam Nunn, mantêm-se à margem do confronto, permitindo que a presidência dos Estados Unidos seja disputada por uma chusma de políticos de segunda ordem.

Af está, provavelmente, a falha maior do regime presidencialista, mesmo quando praticado a sério, como se faz nos Estados Unidos. Uma falha que se torna ainda mais grave em casos como o nosso e que, nas condições em que hoje se processam as eleições, vai sendo cada vez mais difícil corrigir.

Trata-se de eleger, a cada quatro ou cinco anos, um pequeno ditador que vai governar cercado dos seus próprios ministros, armado de imensos poderes — e a prazo fixo, isto é, se ele se revelar fraco, incompetente ou insano, não haverá meio de afastá-lo e substituí-lo senão ao preço de uma grave crise, cujas conseqüências, em países como o nosso, costumam ser as piores.

E não só o presidente. É preciso escolher também o vice, que é por definição uma figura secundária e, portanto, provavelmente inapto a exercer a função mais alta, que entretanto será legalmente sua em caso de renúncia ou morte do titular, conforme ocorreu em 1981 com Jango e, ainda agora, com Sarney.

Escolher um bom presidente (e um bom vice) nas atuais circunstâncias só pode acontecer por acaso. Os próprios termos em que se desenrolam as campanhas exigem dos candidatos, cada vez mais, posturas demagógicas, montanhas de dinheiro e toda sorte de arranjos políticos por baixo do pano. Não é de admirar que vençam, quase sempre, os menos escrupulosos e os mais ambiciosos. Não é de admirar que as pessoas sérias e decentes se afastem.

Mesmo na improvável hipótese de que "o melhor" acabasse sendo eleito, entretanto, nada garante que ele não venha a ser dobrado e vencido pelos descomuns (desumanos) poderes e responsabilidades da Presidência. O último grande presidente que os Estados Unidos tiveram morreu em 1945. Depois dele, "bons" presidentes só o surpreendente Truman e o prudente Eisenhower. Entre nós, mesmo Juscelino...

Estes dias, em Brasília, a Constituinte está diante de uma oportunidade histórica. A República brasileira como o veleiro Perseus em 1891 tem no leme um navegador morto há muitos anos, e vai seguindo teimosamente uma rota que já não tem nada a ver com as reais necessidades e aspirações do País moderno.

Para merecer o respeito e a estima desse país, os constituintes precisam ter a coragem de suas convicções, a coragem de mudar. Seria uma tristeza se eles insistissem agora, na hora decisiva, em antepor interesses políticos ou pessoais aos do futuro do País e acabassem nos dando, à guisa de Constituição nova, um híbrido do oportunismo e da demagogia.

O instituto da presidência, tal como hoje existe, tal como se consolidou entre nós ao longo de 97 anos de mal disfarçada autocracia republicana, deve ser efetivamente anulado. Esperemos que o novo presidente da República, eleito em novembro, seja um homem comprometido com o novo regime e obediente a ele.

13 MAR 1988

ESTADO DE SÃO PAULO